

TEMPOS CONSERVADORES

Estudos críticos sobre as Direitas

Volume 4: DIREITAS NO BRASIL



Programa de Pós-Graduação
em História (PPGHIS)

usina
EDITORIAL

2025



TEMPOS CONSERVADORES

Estudos críticos sobre as Direitas

Volume 4: DIREITAS NO BRASIL

Guilherme I. Franco de Andrade
Jefferson Rodrigues Barbosa
Marcos Vinícius Ribeiro
Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves
(Organizadores)

© 2025, Usina Editorial.

A editora autoriza a reprodução de partes deste livro para fins acadêmicos e/ou de divulgação eletrônica, desde que mencionada a fonte.

Coordenação Editorial

Bernardo Figueiredo de Lima e Rodrigo de Sousa Claudio

Conselho Editorial

Aruã Lima (UFAL), Carlos Zacarias (UFBA), Douglas Barros (Unifesp), Eduardo Sá Barreto (UFF), Elaine Behring (UERJ), Felipe Demier (UERJ), Gilberto Calil (UNIOESTE), Ivanete Boschetti (UFRJ), José Rodrigues (UFF), Marcela Soares (UFF), Marcelo Badaró (UFF), Rejane Hoeveler (UFAL), Roberto Leher (UFRJ), Valério Arcary (IFSP), Virginia Fontes (UFF)

Revisão

Rafael Bonavina

Capa, projeto gráfico e diagramação

João Simões

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diretas no Brasil / (organizadores) Guilherme I. Franco de Andrade...[et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : Usina Editorial, 2025. -- (Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas ; 4)

Vários autores.

Outros organizadores: Jefferson Rodrigues Barbosa, Marcos Vinícius Ribeiro, Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87277-48-6

1. Brasil - Política e governo 2. Cidadania 3. Conservadorismo 4. Extrema-direita (Ciência política) 5. Mudanças sociais 6. Participação política - Brasil I. Andrade, Guilherme I. Franco de. II. Barbosa, Jefferson Rodrigues. III. Ribeiro, Marcos Vinícius. IV. Gonçalves, Rodrigo Jurucê. V. Série.

25-287336

CDD-324.0981

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Extrema-direita : Ciência política 324.0981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

usinaeditorial.com.br



edi.usina@gmail.com

Sumário

Prefácio - 9

por Guilherme I. Franco de Andrade, Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves e Vinicius Suzigan Ferraz

Democracia cristã no pensamento político de Carlos Lacerda - 19

por Fabrício Ferreira de Medeiros

Introdução, 19

Democracia e catolicismo antes e após a Segunda Guerra Mundial, 19

Trajetória e pensamento político de um “democrata cristão” no Brasil, 23

Conclusão, 29

Referências, 30

As relações internacionais de Eduardo e Jair Bolsonaro e suas articulações com a extrema direita latino-americana através do think tank “Instituto Conservador Liberal – CPAC Brasil” - 33

por Jefferson Rodrigues Barbosa

Introdução, 33

1. Extrema direita, direita radical e ultradireita, 34

2. O Instituto Conservador Liberal Brasileiro – CPAC Brasil e suas conexões com a extrema direita internacional, 36

3. A agenda política de Eduardo Bolsonaro e a projeção do Instituto Conservador Liberal - CPAC Brasil como *think tank* da direita radical no Brasil, 41

Considerações finais, 45

Referências, 46

A crise das representações políticas e o crescimento do extremismo de direita no início do século XXI - 49

por Júlio Cesar Meira

Introdução, 49

Os “Pais Fundadores” e a República Norte-Americana, 52

A experiência brasileira, 57

O século XXI e o mal-estar da Política, 60
Considerações Finais, 62
Referências, 63

Panorama histórico do fascismo no Brasil: Notas sobre a perenidade do risco fascista - 65

por Luiz Carlos Checchia

Uma contribuição ao debate sobre fascismo, 65
Primórdios da presença nazista no Brasil, 67
Primórdios da presença fascista no Brasil, 69
A Ação Integralista Brasileira, o fascismo brasileiro, 70
Reorganização do integralismo, 77
Contracultura e agrupamentos *skinheads*, continuidade e atualização do pensamento fascista no Brasil, 79
À guisa de conclusão, 81
Referências, 83

O romance integralista brasileiro: Conflitos plurivocais geracionais meta-históricos e o paradoxo do navio de Teseu e sua polifonia - 85

por Marcia Regina da Silva Ramos Carneiro

1 - O romance integralista e a Meta-História que o circunda, 85
2 - Temporalidades e linearidades, 94
3 - O paradoxo do romance integralista e o neointegralismo, 98
Referências, 101

O Perigo Vermelho continua: Gramsci na extrema direita brasileira - 103

por Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira

Introdução, 103
Gramsci no jardim das aflições, 104
Gramsci na caserna, 108
Considerações finais: Gramsci, guerra cultural e convergência bolsonarista?, 113
Referências, 116

A Cultura durante os anos iniciais da ditadura e a Revista Brasileira de Filosofia (1964–1968) - 119

por Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves

Conclusão, 144
Referências, 144

A atuação de Miguel Reale como intelectual no curso da História Política Brasileira: o jurista e o seu legado - 147

por Erica Regina Frutuoso Schuina

Introdução, 147

Miguel Reale e o papel como intelectual, 148

Considerações finais, 160

Referências, 161

Transposições do autocrático: considerações sobre cartas e fluxo migratório de intelectuais portugueses no século XX - 163

por Bruno de Alves Borges

Um caso exemplar: vidas secretas e desventuras, 163

Os destinos do ninho nazista desfeito após a II Guerra, 164

Referências, 175

A “censura” de volta ao Brasil: Uma análise das redes discursivas dos candidatos à prefeitura da cidade de São Paulo sobre o banimento do X no Brasil - 177

por Vinicius Suzigan Ferraz

Introdução, 177

Metodologia: *Discursive Network Analysis* (DNA), 179

Protocolos de pesquisa, 181

Análise das redes discursivas, 184

Considerações finais, 187

Referências, 188

Sobre os autores - 189

Democracia cristã no pensamento político de Carlos Lacerda³

Fabício Ferreira de Medeiros

Introdução

Os estudos sobre Carlos Lacerda (1914–1977) costumam enfatizar seu engajamento na desestabilização de governos, expressão de determinado tipo de autoritarismo que entraria em contradição ou relação ambivalente com o liberalismo professado pelo personagem. Porém, é dada pouca atenção à influência do catolicismo em seu pensamento político. Vários autores (Dulles, 1992; Mendonça, 2002; McCann, 2003; Delgado, 2006; Chaloub, 2015; Aguiar, 2019; Cunha, 2022) reconhecem que a conversão de Carlos Lacerda ao catolicismo, em 1948, contribuiu para que ele se deslocasse da militância comunista da década de 1930, assumindo posicionamentos mais afinados com um liberalismo reformista e/ou conservador, mas subestimam a importância desse processo na trajetória e, sobretudo, na construção das ideias políticas do líder udenista.

O objetivo principal deste texto é dissertar sobre a apropriação da noção de democracia cristã (DC) por iniciativa de Carlos Lacerda, a partir da leitura de fontes impressas produzidas pelo jornalista e político carioca entre as décadas de 1940 e 1960, tais como transcrições de discursos e artigos de periódicos. Penso que tal proposta é importante para a historiografia, uma vez que permite reavaliar a centralidade assumida pelo liberalismo no pensamento político de Carlos Lacerda, lançando luz sobre outras matrizes ideológicas propagadas ao longo de sua vida pública.

Primeiro farei breves apontamentos relativos à democracia cristã, à doutrina social católica e à relação da Igreja Católica com a política no Brasil, situando o leitor nos contextos sobre os quais ocorreu a conversão de Carlos Lacerda ao catolicismo e a sua adesão à DC. Em seguida, recuperarei a contribuição de autores que pesquisaram a biografia e/ou o pensamento político de Carlos Lacerda considerando a questão católica, para finalmente expor minhas considerações preliminares acerca do tema por meio da análise de fontes.

Democracia e catolicismo antes e após a Segunda Guerra Mundial

A democracia representativa e a autoridade da Igreja Católica foram abaladas no início do século XX, sobretudo com a ascensão dos fascismos e do socialismo. Com a

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

20 Tempos Conservadores

eclosão das guerras mundiais de 1914 e 1939, consolidou-se no pensamento católico a ideia de que estaria em curso uma crise civilizatória ou espiritual, demarcada pela ruptura entre os planos espiritual e temporal e que remontaria ao tempo da Reforma Protestante, ao predomínio do racionalismo iluminista e da política de massas. A partir de várias frentes de batalha (imprensa, documentos oficiais, associações civis, partidos políticos e livros), a Igreja Católica e os intelectuais identificados com ela atuaram no sentido de restabelecer a unidade religiosa na Europa, corrigindo os “excessos” ou os “erros” do capitalismo e do socialismo. Para atender às crescentes pressões da classe trabalhadora e neutralizar tanto o nazismo quanto o socialismo democrático, a alta hierarquia católica empreendeu esforços visando oferecer uma solução intermediária, questionando: i) a hipertrofia do poder estatal, expressa em diferentes regimes e no cerceamento da autonomia de órgãos intermediários; e ii) o desinteresse da burguesia ou da classe proprietária em atenuar os desequilíbrios da economia, criando condições de existência mais justas para os trabalhadores (Pombeni, 2013).

Desde o final do século XIX, com a encíclica papal *Rerum Novarum*, a Igreja Católica se debruçava sobre as demandas da classe trabalhadora, com o fim de recuperar a sua hegemonia por meio da incorporação da questão social. Em todo caso, não havia até então uma preferência específica por formas de organização dos sindicatos e do Estado ou relativa aos regimes políticos (Koerner, 2020). Com a publicação da encíclica *Quadragesimo Anno*, em 1931, a Igreja fortaleceu seu apelo para que fossem empreendidas reformas sociais fundadas no respeito à propriedade privada, às liberdades individuais e ao trabalho, sendo questionados o liberalismo, o socialismo e o nazismo em função dos antagonismos (de raça ou classe) que eles promoveriam na sociedade. Para Andrei Koerner (2020), tais propostas pautavam-se pela ideia de que somente através da renovação do cristianismo seria possível sanar a crise global, de modo que a humanidade se libertasse dos extremos, reconectando-se com Deus e estabelecendo um clima geral de paz e progresso com justiça social.

Como a própria Igreja mudou sua postura em relação à questão social, os partidos políticos de orientação cristã também incorporaram posições cada vez mais democráticas e secularizantes a partir da década de 1940. Embora a expressão “democracia cristã” tenha surgido no final do século XIX, os partidos com ela identificados só apareceriam no início século XX, expandindo-se após a Segunda Guerra Mundial, quando diversos movimentos cristãos se envolveram na luta contra os fascismos. Com a vitória dos Aliados, construiu-se um amplo consenso democrático que, no entendimento dos partidos da DC, equivalia à defesa de uma democracia ordeira e não revolucionária, da redução das desigualdades sociais, da dignidade da pessoa humana e da liberdade (Pombeni, 2013).

Segundo Stathis Kalyvas e Kees van Kersbergen (2010), os partidos da DC surgiram a partir da evolução de partidos confessionais católicos criados entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Tais organismos resultariam de uma série de mudanças, sobretudo do abandono do antiliberalismo e do fundamentalismo co-

mungados pelos movimentos católicos até uma posição de maior independência frente à própria Igreja, com tendência à aceitação da democracia liberal. A ideologia comum à DC incluiria: o pluralismo de grupos, partidos e famílias políticas; uma identificação religiosa moderada, não doutrinária ou fundamentalista; a democracia liberal; a integração entre os países; e a acomodação de conflitos e interesses de classe. Nesse sentido, os partidos da DC se diferenciariam dos partidos cristãos confessionais do período pré-Segunda Guerra Mundial, em função de seu perfil secular e favorável à democracia liberal.

De acordo com Scott Mainwaring e Timothy Scully (2010), assim como seus congêneres europeus, os partidos da DC latinoamericanos criados a partir de 1930 aceitaram a secularização, a distinção entre as esferas religiosa e política, a formulação de um projeto político intermediário entre o socialismo e o capitalismo liberal, além de se apropriarem da doutrina social católica. Todavia, diferentemente do caso europeu, na América Latina os partidos identificados com a Igreja Católica apresentam um caráter mais plural, abrangendo desde a direita até a extrema esquerda, sendo conservadores, reformistas ou até mesmo revolucionários.

No Brasil, o Partido Democrata Cristão (PDC), atuante entre 1945 e 1965, não obteve apoio inicial da Igreja Católica, fato que demonstra o quanto tais partidos possuíam autonomia em relação àquela instituição. Seja como for, na avaliação de Sandro Coelho (2003), o PDC surgiu propondo uma ruptura com o Estado Novo varguista (1937–1945), incluindo o sufrágio universal, a autonomia e o equilíbrio entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), a liberdade de expressão e o ensino religioso facultativo. A partir de 1954, ele teria apresentado posicionamentos mais progressistas, adotando uma perspectiva desenvolvimentista, favorável à reforma agrária mediante pagamento de indenização aos proprietários de terras através de títulos da dívida pública da União. Muito embora Carlos Lacerda tivesse afinidades com a DC, existiam divergências entre os posicionamentos de seu partido (a União Democrática Nacional – UDN) e o PDC, a exemplo da questão da sindicalização rural e da expansão da legislação trabalhista para o homem do campo e do reconhecimento do direito dos analfabetos ao voto. Temas que entravam em choque com a sintonia de interesses mantidos entre a UDN e os proprietários de terras e com a perspectiva de “democracia ilustrada”, isso é, dirigida pelas elites, defendida pelos udenistas.

Em sua análise sobre a relação da Igreja Católica com a política no Brasil, Mainwaring (2004) considera ter existido uma crise logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, cujas expressões incluíam:

[...] uma resistência à secularização, o alarmante crescimento do protestantismo e do espiritismo, menor comparecimento à missa, uma crise de vocações, o crescimento da esquerda, e uma perda de influência entre as classes dominantes e entre a classe operária urbana (Mainwaring, 2004, p. 33).

Aliás, não se deve naturalizar o vínculo da Igreja com a democracia ou atribuir-lhe tons progressistas de modo a-histórico, pois, como lembra o cientista político, ao

22 Tempos Conservadores

longo das décadas de 1920 e 1930, predominou uma orientação claramente conservadora tanto na doutrina social católica quanto nos papados e na hierarquia da Igreja, em geral, com movimentos de apoio a forças de extrema direita e de conivência com regimes autoritários (Mainwaring, 2004, p. 43–44, 49).

A resistência à secularização é evidente na direção traçada por Jackson de Figueiredo ao Centro Dom Vital (CDV) ligado à Igreja Católica no Brasil. Conforme o estudo de Francisco Iglésias (1971), Figueiredo pertenceu a uma corrente intelectual contrarrevolucionária, tradicionalista e reacionária que pregava a restauração da ordem, das hierarquias e das desigualdades naturais. Combateu tanto o liberalismo quanto a democracia e o socialismo em nome da fé, resistindo à adaptação da Igreja às transformações sociais em curso. De acordo com Antônio Villaça (1975, p. 13–15), a influência de Figueiredo sobre o pensamento católico brasileiro decairia, em 1928, após a sua substituição na direção do CDV e da revista *A Ordem* por Alceu Amoroso Lima, intelectual católico que, apesar de ter demonstrado simpatia pelo integralismo na década de 1930, manteve maior afinidade com o liberalismo e a DC a partir da década de 1940. Mas, depois de 1951, a direção do CDV ficaria a cargo de Gustavo Corção, cujo pensamento reacionário e estilo polemista recuperaria a herança intelectual deixada por Figueiredo. Assim, teríamos duas referências centrais no pensamento católico brasileiro: uma voltada para o passado (Corção) e outra disposta a abrir as portas da Igreja para o futuro (Amoroso Lima).

Mainwaring (2004, p. 56–57) oferece uma interpretação mais complexa, identificando três correntes de pensamento existentes na Igreja Católica no Brasil por volta de meados da década de 1950: os tradicionalistas, contrários à secularização e favoráveis à recuperação do protagonismo que a Igreja possuía na sociedade civil e no Estado; os modernizadores conservadores, analogamente preocupados com a secularização e o crescimento de igrejas rivais, mas, diferentemente dos tradicionalistas, abertos para a promoção da justiça social e o diálogo com o povo; e os reformistas, alinhados com os modernizadores conservadores na busca pelo aperfeiçoamento da educação religiosa, porém engajados de modo mais contundente na mudança social. Ainda segundo Mainwaring (2004, p. 64–66), a direção da Igreja foi disputada constantemente entre os representantes dos dois últimos grupos (modernizadores conservadores e reformistas), com predomínio da facção reformista entre o final da década de 1950 e 1976, bem como após 1982; grupo esse que visava promover mudanças graduais na sociedade brasileira, inclusive como alternativa ao avanço do comunismo.

Em síntese, entre as décadas de 1940 e 1960, observamos mudanças significativas, tanto no plano político quanto no plano religioso, no Brasil e no mundo. A democracia representativa, até então desacreditada e atacada por forças de extrema esquerda e extrema direita, se tornou o modelo político predominante na Europa Ocidental e em parte da América Latina, incluindo o Brasil. Porém, mesmo no caso europeu, tratava-se de regimes nos quais a participação popular ainda era muito

limitada ao voto, os comunistas encontravam-se marginalizados, a inclusão política das mulheres era apenas formal, a concepção de liberdade era majoritariamente negativa e a capacidade de pressão dos trabalhadores industriais era reduzida. No lugar da ampliação dos espaços e dos mecanismos de participação política, as democracias da Europa Ocidental contribuíram com a consolidação do individualismo e do consumismo, dando a acreditar que a política seria um assunto exclusivo de burocratas e especialistas, de homens de meia-idade e da classe média (Conway, 2002).

Nesse contexto, a adesão de parte da Igreja Católica e de seus intelectuais à democracia se fez no bojo da crítica ao socialismo, aos fascismos e ao liberalismo, mas não em igualdade de proporção. Os católicos rejeitaram o materialismo e o predomínio da razão sobre a fé (socialismo e liberalismo), a hipertrofia do poder do Estado (estatismos socialista ou fascista) e a concepção de indivíduos vivendo isolados entre si de forma egoísta (liberalismo). Atacaram a ideia de luta de classes (socialismo) ou de raças (nazismo), supondo que a sociedade seria naturalmente harmônica e que a colaboração entre as classes ou entre os grupos sociais era o ideal a ser perseguido pelos governantes (organicismo e corporativismo). Também refutaram os nacionalismos fascista e socialista, partindo do princípio de que seríamos todos irmãos, filhos de um mesmo Deus, e por causa disso deveríamos viver em fraternidade (universalismo cristão). Assim, a democracia somente seria viável na medida em que o homem se reconectasse com Deus, que a sociedade ocidental recuperasse suas origens cristãs, e que, no caso do Brasil e de outros países latino-americanos, eles aceitassem a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) e/ou da Europa Ocidental.

Resta saber, para os fins deste trabalho, até que ponto Carlos Lacerda esteve alinhado a tais discussões, se e como ele pode ter se apropriado da doutrina social católica e da democracia cristã, a partir de qual rede de sociabilidade e de quais referências teóricas. Uma vez que os políticos brasileiros e latino-americanos, em geral, permaneciam atentos ao que acontecia nos EUA e na Europa, é importante observar como eles traduziam tais discussões para lidar com os problemas de sua própria nação, sem perder ou deixar de construir traços de afinidade com movimentos transnacionais.

Trajatória e pensamento político de um “democrata cristão” no Brasil

Os estudiosos da biografia e do pensamento político de Carlos Lacerda identificam a sua conversão ao catolicismo, em 1948, como um dos pontos de inflexão na sua trajetória, momento a partir do qual o jornalista e membro da UDN passaria a estreitar seus laços de afinidade com intelectuais católicos, a exemplo de Alceu Amoroso Lima⁴

4 Também conhecido como Tristão de Ataíde (pseudônimo), natural do Rio de Janeiro (RJ, 1893–1983), convertido ao catolicismo em 1928, foi jornalista, advogado, professor universitário, diretor de diversos órgãos de orientação católica e o principal divulgador da obra de Jacques Maritain no Brasil. Segundo Dulles (1992, p. 116), Amoroso Lima foi, ao lado de Corção, um dos principais influenciadores da conversão de Carlos Lacerda, além de ser seu padrinho de casamento.

24 Tempos Conservadores

e Gustavo Corção,⁵ além de líderes católicos como Dom Hélder Câmara,⁶ Dom Lourenço de Almeida Prado⁷ e Monsenhor Fulton Sheen.⁸ Para John Dulles (1992) e Adriana Paiva (2008), a construção dessa rede de sociabilidade, que incluía, ainda, Hamilton Nogueira⁹ e Sobral Pinto,¹⁰ seria fundamental para que Carlos Lacerda se candidatasse e ganhasse as eleições para vereador do Distrito Federal em 1947, além de auxiliar na criação de seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*, lançada em 27 de dezembro de 1949. Mas como esse processo de conversão ao catolicismo se manifestou nas ideias políticas defendidas pelo personagem?

Paiva (2008) afirma que a proximidade de Carlos Lacerda com atores católicos, especialmente com Fulton Sheen, contribuiu para que o jornalista e parlamentar carioca conferisse um caráter mais sistemático ao seu discurso anticomunista que já era corrente em 1945, quando Lacerda rompeu definitivamente suas relações com o Partido Comunista do Brasil (PCB).¹¹ Além disso, o então presidente da *Tribuna da Imprensa* se

5 Jornalista natural do Rio de Janeiro (RJ, 1896–1978), se converteu ao catolicismo em 1939, trabalhando como colunista da *Tribuna da Imprensa* ao lado de Lacerda e Amoroso Lima. Corção rompeu com o CDV em 1963, ao se recusar a aceitar as orientações mais progressistas traçadas pela Igreja Católica. Ao final da década de 1960, chegou a colaborar com publicações da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). FERREIRA, Marieta de Moraes. Gustavo Corção. In: CPDOC. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-corcao-braga>. Acesso em: 7 mar. 2024.

6 Natural de Fortaleza (CE, 1909–1999), foi padre, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos, bispo e arcebispo de Olinda/Recife. Defendeu a reforma agrária, as habitações populares e a educação popular, inserindo-se na facção reformista da Igreja Católica (Mainwaring, 2004). Trocou diversas correspondências com Carlos Lacerda para tratar de interesses comuns, a exemplo da questão da educação.

7 Natural de Itapuí (SP, 1911–2009), mudou-se para o Rio de Janeiro em 1929, ingressando no Mosteiro de São Bento. Por 40 anos foi reitor do Colégio de São Bento, onde os filhos de Lacerda estudaram. Ele também foi responsável pelo casamento do jornalista carioca. E assim como Amoroso Lima, se apropriou das ideias de Maritain. Cf. Gouvêa (2023) e Dulles (1992).

8 Líder religioso natural de El Paso, Illinois (EUA, 1895–1979), doutor em Filosofia e Teologia, foi sacerdote, professor universitário, escritor, bispo, e se destacou por sua pregação religiosa e anticomunista no rádio e na televisão. Na década de 1950, publicou diversos artigos na *Tribuna da Imprensa* como colaborador especial, muitos dos quais abordavam o anticomunismo. Cf. verbete da *Encyclopaedia Britannica*.

9 Natural de Campos (RJ, 1897–1981), trabalhou como constitucionalista em 1946, deputado federal (1946–1955, 1959–1960 e 1960–1967), médico, professor universitário e vice-presidente do CDV. Fez parte da oposição ao segundo governo Vargas e ao regime militar, ao lado de Lacerda. Cf. verbete no *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*.

10 Natural de Barbacena (MG, 1893–RJ, 1991), advogado, ingressou no CDV em 1928, se tornando colaborador da revista *A Ordem* e crítico do governo provisório de Getúlio Vargas (1930–1934). Esteve ao lado de Lacerda na Resistência Democrática e no apoio ao golpe de 1964, mas divergiu do udenista em relação à legalidade da posse de Kubitschek e Goulart, em 1955, e da posse de Goulart, em 1961. Foi eleito presidente do CDV em 1967, mas foi demitido no ano seguinte por ordem do cardeal Dom Jaime de Barros Câmara. Voltou à presidência do CDV somente em 1980, quando o órgão foi reativado. Cf. verbete no *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*.

11 Lacerda já vinha se desentendendo com a direção do PCB desde 1939, quando publicou um artigo crítico da história do partido. Porém, o rompimento definitivo só ocorreu quando Prestes declarou apoio ao queremismo, em 1945, indo na contramão do movimento que exigia uma ruptura mais

apropriaria de reflexões tecidas pelo bispo americano a fim de questionar o viés materialista e excessivamente individualista presente no liberalismo clássico, algo que, embora a cientista política não pontue, Lacerda já vinha fazendo desde 1946.

No estudo feito por Thársyla Cunha (2022), o envolvimento de Carlos Lacerda numa rede de sociabilidade católica também é mencionado, sendo feita uma breve apresentação do perfil biográfico de vários católicos próximos a Lacerda. A historiadora menciona os mesmos fatos colocados por Dulles (1992) e Paiva (2008), a exemplo da contribuição de líderes e intelectuais católicos na fundação da *Tribuna da Imprensa* e a admiração que Lacerda nutria por Sheen. Porém, a sua pesquisa não avança em relação aos estudos anteriormente mencionados, limitando-se à questão da sociabilidade entre Lacerda e os católicos.

Penso que precisamos voltar um pouco no tempo para explicar a influência do catolicismo sobre o pensamento político de Carlos Lacerda, isso porque tal apropriação se iniciou no contexto do imediato pós-guerra, com a busca por uma espécie de “terceira via” entre liberalismo e socialismo (Lacerda, 1945, p. 1). Em 1946, alvorecer da democracia no Brasil, o colunista do *Correio da Manhã* ressaltava a necessidade de se construir uma nova ordem política alicerçada na mescla entre liberdade, igualdade e pressupostos cristãos, citando a caridade, a fraternidade e o amor ao próximo como valores centrais nesse projeto (Lacerda, 1946a, p. 2). Os excessos do liberalismo e do socialismo – com destaque para o autoritarismo stalinista a partir de 1945 – e a própria natureza dos fascismos eram alvos constantes das críticas do jornalista, que, segundo uma pesquisa de opinião pública realizada em novembro de 1947, era o mais popular entre todos os profissionais que dissertavam sobre temas políticos na imprensa vespertina carioca (IBOPE, 1947).

Em conferência ministrada no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 11 de dezembro de 1946,¹² logo após defender a necessidade de se realizar uma reforma social no Brasil, incluindo reforma agrária, reforma educacional e planejamento econômico e sanitário, Carlos Lacerda sugeriu a tese de que o cristianismo seria a pedra de sustentação desse projeto, ainda mais por se tratar de uma religião dominante no país e que, por isso mesmo, seria potencialmente mais agregadora do ponto de vista político:

Onde havemos de manter a nossa fé íntima e pessoal nos homens, nas coisas, no progresso, no trabalho, na sinceridade, na esperança, no futuro do nosso país, da nossa época, dos nossos filhos, senão somando a nossa fé com a dos outros para uma fé comum que a todos reúna e fortaleça? É esta a união dos

contudente com o getulismo.

12 O evento foi organizado pela Resistência Democrática, movimento de tendência católica ligado ao CDV. Em seu manifesto, se destacam nomes de pessoas que se tornaram próximas de Carlos Lacerda, a exemplo de Adauto Lúcio Cardoso, eleito vereador pela UDN-DF em 1947, e Gustavo Corção, intelectual católico que trabalhou como colunista da *Tribuna da Imprensa* e alcançou a direção do CDV nos anos 1950. Cf. verbete no *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*.

26 Tempos Conservadores

homens, mas não uma união ocasional e tática; a união profunda, essencial, íntima e permanente, oferece a primeira condição da reforma social no Brasil (Lacerda, 1946b).

Após se converter ao catolicismo, os pronunciamentos de Carlos Lacerda elogiosos ao cristianismo e ao Ocidente se intensificaram, paralelamente às suas críticas contra o comunismo e o capitalismo liberal. Assim, o jornalista se apropriou de reflexões tecidas por Fulton Sheen, conhecidas em uma viagem aos EUA, para defender a necessidade de o Brasil pertencer, efetivamente, à “civilização cristã”, de onde se teria, na linha da DC,

[...] a preservação dos direitos humanos como dádiva inalienável de Deus, o valor e dignidade da pessoa humana precisamente porque ela é feita à imagem e semelhança da Divina Imagem, a afirmação da liberdade, isto é, do livre arbítrio como um derivado do seu Espírito e só inteligível dentro da lei e não fora dela e, finalmente, o uso sacramental da criação, ajudada pela graça redentora, para atingir a “gloriosa liberdade dos filhos de Deus” (Lacerda, 1948, p. 2).

Um pouco mais tarde, Carlos Lacerda afirmou que o ideal de dignidade humana seria consolidado pelo cristianismo, com o complemento de que valores universais como fraternidade, igualdade e liberdade seriam produtos desta mesma religião, além da própria noção de progresso na história, da divisão de poderes e da separação entre o temporal e o espiritual (Lacerda, 1950). Citando trecho da *Rerum Novarum*, o jornalista carioca percebeu a propriedade privada como um direito natural instituído por Deus. Nesse sentido, entende-se que o homem

[...] tem direito a possuir, além do estritamente necessário à sua subsistência, as reservas ou os excedentes produzidos com o esforço ou a contribuição do seu braço ou da sua inteligência que ambos representam, em graus diferentes, um esforço conjugado da razão e da força, do espírito e da matéria (Lacerda, 1951, p. 9).

Como bem observou o jornalista Lucas Berlanza (2019, p. 21, 54–55), embora as afinidades de Carlos Lacerda com o ideário liberal fossem evidentes (com destaque para a reverência a Rui Barbosa), ele “preferia se apresentar como um ‘democrata cristão’”. A DC, projetada por Fulton Sheen e pelos reformadores alemães Wilhelm Röpke e Konrad Adenauer, forneceria o principal ponto de contato entre o liberalismo e o conservadorismo no pensamento político de Carlos Lacerda, cujo combate sistemático aos representantes do trabalhismo radical e fisiológico¹³ e do comunismo no Brasil seria motivado justamente pela necessidade de proteger os valores associados ao que se chamava de “Ocidente cristão” ou “civilização cristã”.

13 Destaco estas duas vertentes do PTB tanto em função da simpatia demonstrada por Carlos Lacerda quanto à sua ala reformista, representada por Alberto Pasqualini e Fernando Ferrari, principalmente. Elogios aos dois líderes petebistas anteriormente citados podem ser encontrados em exemplares da *Tribuna da Imprensa* e no *Diário do Congresso Nacional*.

Embora os conceitos de liberdade e poder fossem centrais no liberalismo e os conceitos de igualdade, bem-estar e trabalho tenham desempenhado papel semelhante na configuração morfológica do socialismo (Freedon, 2013), Carlos Lacerda disputou seus significados visando reunir o apoio político e eleitoral tanto de pessoas que rejeitavam a revolução quanto daquelas que negavam a legitimidade das transformações sociais em curso no Brasil e no mundo. O que não quer dizer que os simpatizantes do líder udenista fossem politicamente moderados.¹⁴ A demanda por liberdade religiosa, por exemplo, foi um dos canais pelos quais Lacerda criticou os regimes socialistas estabelecidos após a Revolução Russa de 1917, afirmando que, neles, não haveria tolerância, e sim perseguição aos religiosos. Daí a necessidade de se proteger o Brasil tanto da propaganda quanto da infiltração comunista (Lacerda, 1955, p. 4).

Com o falecimento de Pio XII em 9 de outubro de 1958, Carlos Lacerda fez um discurso na Câmara dos Deputados, transcrito e reproduzido na *Tribuna da Imprensa* dias depois (Lacerda, 1958a, p. 4). Nele, o deputado udenista enalteceu a contribuição do papa no sentido de propor traços gerais de orientação para mudanças sociais alternativas ao “individualismo capitalista” e à “tirania coletivista”, leia-se, ao liberalismo clássico e ao “totalitarismo”. Os ensinamentos deixados pelo papa estariam, segundo Lacerda, alinhados com a recuperação de uma concepção organicista sobre a sociedade, capaz de promover justiça social sem o sacrifício das liberdades individuais ou através de estímulos à “luta de classes”. Nesse sentido, a doutrina social católica surgiria como a melhor linha norteadora da “reforma social” nas democracias contemporâneas, assentada sobre a pacificação em ordem global e na defesa da propriedade privada, tomada em seu conteúdo “natural”. O progresso, por outro lado, não apresentaria uma origem boa ou má em si, mas, na medida em que fosse pautado pelo cristianismo, poderia ser direcionado para servir, de forma justa, livre e democrática, ao atendimento das necessidades fundamentais do homem.

No mesmo discurso proferido na Câmara, Lacerda (1958b, p. 4) reproduziu críticas feitas por Pio XII à hipertrofia do Estado nos regimes socialistas, o que causaria a subtração da autonomia dos órgãos intermediários na relação Estado-sociedade civil e da própria capacidade de agência dos indivíduos. Paralelo a esse tema, o deputado citou o que considerava como excessos dos planos econômicos nos quais o homem deixa de ser sujeito para se tornar objeto. Finalmente, com base na encíclica *Quadragesimo Anno*, Lacerda sustentou o princípio da liberdade de iniciativa em economia como contraponto à sua absorção absoluta por parte do Estado.

14 Muitos apoiadores de Carlos Lacerda compartilhavam de seu discurso anticomunista e moralista, acreditando que todo esforço e recurso para mudar os governantes seria legítimo desde que possibilitasse expurgar do país os “comunistas” (expressão que, às vezes, incluía desde socialdemocratas até trabalhistas e nacionalistas) e os “corruptos” (termo igualmente abstrato e amplo nos discursos de Lacerda, pois podia se referir tanto a corrupção política quanto a um quadro geral de ingovernabilidade ou de “crise moral”). Dessa forma, o udenista angariou apoio no meio civil e nas Forças Armadas em suas empreitadas golpistas, se tornando um dos líderes políticos mais subversivos da República de 1946. Cf. Ficha de Carlos Frederico Werneck de Lacerda mantida pelo Serviço Nacional de Informações, de 23 de dezembro de 1968. BR DFANBSB N8.PROCSS.61.3. Arquivo Nacional (AN).

28 Tempos Conservadores

Jorge Chaloub (2015) foi preciso quando afirmou que o liberalismo professado por Carlos Lacerda não inclui a primazia do mercado sobre o Estado, mas sim um papel proativo para o segundo, de coordenador e fomentador de ações, visando conciliar iniciativa privada e pública. Mônica Aguiar (2019) fez considerações semelhantes, pontuando o empenho do governo Lacerda quanto aos serviços de água, eletricidade e transporte e a prioridade do interesse nacional na definição da política econômica. Em outras palavras, em matéria de política econômica, como explica Berlanza (2019), o liberalismo não norteava as ideias e ações de Carlos Lacerda, mas sim a mescla entre keynesianismo, doutrina social católica e Economia Social de Mercado, na linha da DC alemã.

Dirigindo-se aos membros do PDC durante a sua campanha para o governo da Guanabara, em 1960, Carlos Lacerda afirmou que a busca pelo bem comum aproximaria udenistas e democratas cristãos, sendo o bem comum não somente a soma de bens ou interesses particulares, “[...] mas sim uma nova qualidade, uma nova categoria, maior do que a soma do simples bem de cada um” (Lacerda, 1960). Em seguida, destacou a relevância do trabalhador nas democracias cristãs:

Uma sociedade cristãmente organizada é aquela em que o trabalhador, como tal denominado o que vive do seu trabalho, é o principal ponto de referência, o centro de interesse da coletividade. É ao trabalhador que me refiro, ao que vive do seu trabalho, independentemente da classe a que pertença, e não somente ao proletariado. Este sofre ante uma dupla injustiça da qual cumpre libertá-lo, a de ser escravo da produção apenas para o lucro da empresa ou escravo da produção apenas para a grandeza do Estado (Lacerda, 1960).

A valorização do trabalho e do esforço individual apareceu em várias oportunidades, alinhando-se à doutrina social católica e à ideologia dos partidos DC. Na medida em que argumentava que a revolução tecnológica e o progresso material dispensaram a revolução social, o governador udenista propunha o ingresso do Brasil na chamada “civilização ocidental e cristã”, da qual os EUA, a partir da Segunda Guerra Mundial, se tornariam o modelo a ser seguido. Em seu discurso feito na TV Tupi, em 1962, Lacerda elogiou os EUA, pois lá se teria feito a revolução democrática sem ditaduras, com oportunidades efetivas de progresso social. O povo brasileiro não desejaria revolução nos moldes soviéticos, mas sim acesso aos bens materiais típicos das nações mais industrializadas, como geladeira, automóvel, torradeira elétrica e livros em preços acessíveis (Lacerda, 1962).

Em discurso pronunciado na Faculdade de Direito da PUC-Rio, o governador Carlos Lacerda (1963) acusou parte do meio católico de propagar o “angelismo social”, que seria a tentativa de “inventar, por inteiro, uma sociedade quimicamente pura, uma sociedade tão perfeita como nunca existiu, nem existiria”. No lugar de utopias voltadas,

em seu entendimento, para a destruição dos valores fundamentais da sociedade, o governador udenista defendia a realização de aperfeiçoamentos parciais naquilo que seria possível melhorar. Citando Marx e palavras do papa, Lacerda explicou que a convivência entre reformistas e utópicos (comunistas, principalmente) seria impossível, pois, enquanto os primeiros desejariam aperfeiçoar a sociedade, os últimos se esforçariam para destruí-la. Portanto, o pluralismo político reivindicado nos programas e discursos dos partidos DC e nos textos de Carlos Lacerda desde 1945, aproximadamente, sofria sérias restrições no início da década de 1960.

Conforme a própria Igreja Católica no Brasil assumia tons progressistas, engajando-se em movimentos favoráveis à educação popular e à reforma agrária (Mainwaring, 2004), e o PDC incluía em suas pautas a defesa do voto para analfabetos (Coelho, 2003), os discursos e textos de Carlos Lacerda saíam de um posicionamento mais flexível em relação às reformas para assumir conotações conservadoras (Ferreira, 2023). O governador udenista construía perspectivas dicotômicas sobre o político, tratando os conflitos em termos moralistas, como o bem contra o mal, a luz contra as trevas (Chaloub, 2015) (referências ao imaginário social cristão), mas também apelava para a despolitização dos problemas mais urgentes de se resolver, a exemplo das reformas agrária e eleitoral. A negação da existência de conflitos no campo e a premissa de que a instrução seria um requisito fundamental para avaliar o nível de preparo do eleitorado para tomar decisões combinavam-se ao elitismo udenista e à doutrina social católica, pois nela ainda estava presente certo medo quanto à participação política popular.

Conclusão

Ao longo do capítulo, mostramos as características gerais da democracia cristã na Europa e na América Latina, seu conteúdo ideológico e os embates travados por seus adeptos contra o socialismo, o liberalismo e os fascismos. Exploramos o impacto da conversão de Carlos Lacerda ao catolicismo no que diz respeito às suas ideias políticas, sobretudo, num contexto em que a democracia era um fenômeno embrionário no Brasil e assumiu configurações bastante limitadas em toda a América e na Europa. Com a derrota dos países do Eixo, o comunismo e o getulismo se tornaram os principais alvos das críticas de Carlos Lacerda, para quem a doutrina social católica e a DC apareciam como a argamassa que possibilitaria reconstruir o mundo devastado pela guerra. Por outro lado, o modelo de sociedade desenvolvido nos EUA tornava-se, para muitos católicos, o que deveria ser seguido. A proposta de promover bem-estar social com desmobilização política da classe trabalhadora, de tornar o governo um tema exclusivo das elites, foi incorporada ao *modus operandi* das democracias ocidentais, ao mesmo tempo em que os partidos DC viam-se numa batalha de vida ou morte contra o “comunismo ateu” e em prol do “Ocidente cristão”.

Sem dúvida, Carlos Lacerda discutiu temas caros aos trabalhadores ao longo de sua vida pública embasado na sua percepção da DC: liberdade, bem-estar social, justiça, direitos do homem, pluralismo político, progresso. Mas o reino das necessidades em

30 Tempos Conservadores

nenhum momento ganhou tanta relevância em suas reflexões em comparação com o tema da liberdade, especialmente, da liberdade negativa, como proteção dos direitos individuais em relação à capacidade repressiva do Estado. Sua proposta de “reforma social” não fazia mais do que repetir trechos de encíclicas papais e teses cooperativistas apreendidas a partir de sua viagem à Europa, em 1946, sem, contudo, aprofundar qualquer ideia. Em raros momentos Lacerda reivindicou a necessidade de taxar os mais ricos, reduzindo as desigualdades de renda que até hoje contribuem para tornar a cidadania incompleta para milhões de pessoas em nosso país. Quando alegou que precisávamos de uma reforma agrária, especialmente no início dos anos 1960, rejeitou o fato de que o problema não era só econômico (de aumento da produção agrícola), mas também político e social, pois a estrutura concentrada da propriedade da terra viabilizava um regime secular de exploração da força de trabalho no campo, bem como o mandonismo e o coronelismo. A sua democracia cristã, portanto, estava à direita do que propunham não somente os comunistas no Brasil, como também os petebistas das vertentes mais reformistas, com destaque para Alberto Pasqualini. Tratava-se de um projeto alternativo ao trabalhismo e ao comunismo, de perfil reformista em certos aspectos (Educação, Administração Pública, Transporte e Energia), mas bastante conservador em termos econômicos e políticos.

Referências

AGUIAR, Mônica Heinzmann Portella de. *Carlos Lacerda*. Penápolis: Editora FUNEPE, 2019.

BERLANZA, Lucas. *Lacerda: a Virtude da Polêmica*. São Paulo: LVM Editora, 2019.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. 2015. 311f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

COELHO, Sandro Anselmo. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº 46, p. 201–228, 2003.

CONWAY, Martin. Democracy in Postwar Western Europe: The Triumph of a Political Model. *European History Quarterly*, Vol. 32(1), p. 59–84, 2002.

COUTINHO, Amélia. Sobral Pinto. In: CPDOC. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heraclito-fontoura-sobral-pinto>. Acesso em: 8 mar. 2024.

CPDOC. Hamilton Nogueira. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hamilton-de-lacerda-nogueira>. Acesso em: 7 mar. 2024.

CPDOC. Movimento de Resistência Democrática. In: CPDOC. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-de-resistencia-democratica>. Acesso em 15 de março de 2023.

CUNHA, Thársyla Glessa Lacerda da. *Entre o discurso e a prática: o projeto de democracia proposto por Carlos Lacerda (1945-1968)*. 2022. 253 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

DELGADO, Márcio de Paiva. *O “golpismo democrático”: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador. Volume 1: 1914-1960*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Fulton J. Sheen. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Fulton-J-Sheen>. Acesso em: 7 mar. 2024.

FERREIRA, Fabrício. O Poder das Ideias e o liberalismo conservador de Carlos Lacerda. *Crítica Histórica*, Maceió, Ano XIV, v. 14, n. 27, p. 248-274, jul. 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Gustavo Corção. In: CPDOC. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-corcao-braga>. Acesso em: 7 mar. 2024.

Ficha de Carlos Frederico Werneck de Lacerda mantida pelo Serviço Nacional de Informações, de 23 de dezembro de 1968. BR DFANBSB N8.PROCSS.61.3. Arquivo Nacional (AN).

FREEDEN, Michael. *Ideología: una brevísima introducción*. Santander: Universidad Cantabria, 2013 [2003].

GOUVÊA, Antonio Carlos. *A contribuição de Dom Lourenço de Almeida Prado na educação do ser humano*. 2023. 107 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

IBOPE. Pesquisa de preferência dos leitores de vespertinos, realizada no Distrito Federal, em novembro de 1947, para o jornal *Vanguarda*. Fundo IBOPE, Série Pesquisas Especiais, Notação PE006. Arquivo Digital/Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Disponível em: <https://ael.ifch.unicamp.br/node/385>. Acesso em: 29 jun. 2023.

IGLÉSIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento de Jackson de Figueiredo. In: IGLÉSIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971, p. 109-158.

KALYVAS, Stathis N. and KERSBERGEN, Kees van. Christian Democracy. *Annu. Rev. Polit. Sci.* 13:183-209, 2010.

KOERNER, Andrei. O Reino Social de Cristo e a Constituição Orgânica da Nação: das encíclicas de Leão XIII ao pensamento católico brasileiro do início dos anos trinta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 33, nº 71, p. 489-510, set./dez. 2020.

LACERDA, Carlos. “Memorandum” sobre a nova era. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2 set. 1945, p. 1.

LACERDA, Carlos. A Igreja do Silêncio e a desagregação do Brasil. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 22 jul. 1955, p. 4.

LACERDA, Carlos. A Reforma Social (Conferência na sede da UDN - seção do Distrito Federal). *A Ordem*. Rio de Janeiro, janeiro-fevereiro de 1950, p. 5-53.

32 Tempos Conservadores

LACERDA, Carlos. Conferência de Carlos Lacerda na Semana de Ação Social, 1951. Caixa 36A, Pasta 5. Arquivo Carlos Lacerda/Setor de Obras Raras/ Biblioteca Central da Universidade de Brasília (ACL.OR.BCE.UnB).

LACERDA, Carlos. Conferência ministrada por Carlos Lacerda no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, sob a organização da Resistência Democrática, [Rio de Janeiro?], em 11 de dezembro de 1946b. Caixa 36B, Pasta 30. ACL.OR.BCE.UnB.

LACERDA, Carlos. Contribuição a um exame de consciência nacional. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17 nov. 1946a, p. 2.

LACERDA, Carlos. Discurso do Governador Carlos Lacerda na Faculdade de Direito da PUC-Rio, em 29 de dezembro de 1963. BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.051. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

LACERDA, Carlos. Lição de Pio XII ao Brasil (cont.). *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 15 out. 1958b, p. 4.

LACERDA, Carlos. Lição de Pio XII ao Brasil. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 14 out. 1958a, p. 4.

LACERDA, Carlos. O direito à saúde: programa de governo apresentado por Carlos Lacerda, em 4 de julho de 1960. Caixa 147, Pasta 7. ACL.OR.BCE.UnB.

LACERDA, Carlos. Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda na TV Tupi, em 4 de março de 1962. BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.013.1.3. AGCRJ.

LACERDA, Carlos. Um pensamento cristão. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 4 dez. 1948, p. 2.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. La diversidad de la democracia cristiana en latinoamérica. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R (eds.). *La democracia cristiana en América Latina. Conflictos y competencia electoral*. México: FCE, 2010, p. 55-100.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1986].

McCANN, Bryan. Carlos Lacerda: The Rise and Fall of a Middle-Class Populist in 1950s Brazil. *Hispanic American Historical Review*, 83: 4, 2003.

PAIVA, Adriana Gomes de. Religião e política na trajetória de Carlos Lacerda. *Cadernos da FaEL*, Nova Iguaçu, v. 1, p. 1, 2008.

POMBENI, Paolo. Christian Democracy. In: FREEDEN, Michael and STEARS, Marc (eds.). *The Oxford Handbook of Political Ideologies*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 312-328.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (dir.). *Por uma história política*. 8 reimpr. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017, p. 231-269.

VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.